



35 instancia superior à SEMA, não terá suas atividades paralisadas. Colocou em seguida  
36 que conforme o novo decreto que regulamenta o CEHIDRO, será dado início ao processo  
37 eleitoral no mês de agosto, para que os novos integrantes tomem posse em janeiro de  
38 2012. A conselheira Valquíria Azevedo ponderou que deve-se atentar para que a ata e o  
39 estatuto dos institutos que participarem estejam registradas em cartório, inclusive suas  
40 alterações posteriores. Continuando os informes, a Secretaria do CEHIDRO colocou aos  
41 conselheiros que o Sr. Luiz Noquelli e a mesma participaram da Reunião do Fórum  
42 Nacional dos Órgãos Gestores da Água, que ocorreu em Salvador no dia 15/06, na qual  
43 foi agendada a próxima reunião para o mês de agosto em Belo Horizonte, onde deve  
44 ocorrer a eleição da coordenação deste Fórum, ao qual o Estado de Mato Grosso é  
45 candidato. Em seguida, colocou aos conselheiros que nesta semana que antecedeu a  
46 reunião, foi encaminhado o Processo nº 21578/2011, onde a Associação dos  
47 Analistas de Meio Ambiente da SEMA/MT se manifestando contrariamente a Lei  
48 Complementar nº 412 de 13 de dezembro de 2010, a qual altera o Art. 58 da Lei  
49 Complementar nº 38 de 21 de dezembro de 1995, reduzindo a área de preservação  
50 permanente, excluindo as veredas destas áreas e incluindo restingas e manguem, além  
51 de áreas com altitude superior a 1800 m nesta categoria, sendo que estas não existem no  
52 Estado de Mato Grosso. Foi encaminhada ao CEHIDRO por afetar diretamente a  
53 preservação de recursos hídricos, solicitando um posicionamento deste conselho e que  
54 no processo é solicitada que seja enviada a Assembleia Legislativa Lei Complementar  
55 revogando a Lei Complementar nº 412 e voltando a vigorar o artigo constante da Lei  
56 Complementar nº 38. Ponderou ainda que como o processo foi encaminhado na semana  
57 da reunião, não foi possível se elaborar uma minuta referente ao mesmo e questionou aos  
58 conselheiros qual andamento os mesmos consideravam adequados para o processo. O  
59 conselheiro Décio Siebert colocou que realmente esta se tendo uma preocupação com os  
60 recursos hídricos mas não com a sua preservação, o CEHIDRO está falho neste ponto,  
61 complementando que o CEHIDRO deve se manifestar quanto a revogação da referida Lei,  
62 destacando que para os recursos hídricos a preservação da mata ciliar é fundamental. A  
63 Secretária do CEHIDRO colocou aos conselheiros que é importante se ter um  
64 posicionamento do CEHIDRO, entretanto por se tratar de uma legislação ambiental, deve  
65 também ser consultado o CONSEMA. A conselheira Susan Lannes colocou que a ABES  
66 apóia o documento, pois a Lei Complementar nº 412 possui erros grosseiros, ponderando  
67 que o mais grave é a retirada das veredas das áreas de preservação permanente. A  
68 conselheira Valquíria propôs que fosse feita uma minuta para ser apresentada na próxima

69 reunião. O Conselheiro Décio Siebert ponderou que não devemos somente dar um  
70 posicionamento, mas sim aprofundar a questão, para se evitar a linearidade da APP,  
71 propondo que seja feita uma moção de apoio à solicitação do processo e criado um grupo  
72 de trabalho para discutir a questão. A conselheira Maria de Fátima colocou que a vereda  
73 é importantíssima na preservação dos recursos hídricos, pois se a mesma secar o mesmo  
74 ocorre ao corpo d'água relacionado a ela. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos  
75 conselheiros que a proposta final é se apresentar uma minuta de moção na próxima  
76 reunião e encaminhar ao CONSEMA para o mesmo se posicionar, colocando em votação,  
77 sendo a mesma aprovada por unanimidade pelos conselheiros. Em seguida o Secretário  
78 Executivo passou a palavra à conselheira Susan Lannes, que convidou os conselheiros  
79 para participar do curso "Aterro Sanitário: Projeto, Construção e Operação", promovido  
80 pela ABES que ocorrerá em Cuiabá do dia 24 a 26 de agosto, destacando que o folder já  
81 foi encaminhado pela Secretaria do CEHIDRO e será encaminhado novamente. O  
82 Secretário Executivo passou então para o próximo item da pauta, a apreciação da minuta  
83 da alteração da Lei 6.945/97. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que a  
84 análise da Minuta está ocorrendo de forma muito lenta, devido a alguns temas serem  
85 mais complexo e ter necessidade de um maior conhecimento jurídico do que a secretaria  
86 executiva dispõe no momento. O Secretario Executivo colocou que a sugestão é se  
87 formar uma comissão para fechar a minuta de lei e contratar um consultor, especializado  
88 na área jurídica, para finalizá-la. A conselheira Valquíria de Azevedo ponderou que o  
89 consultor deve ser um jurista ou constitucionalista, para que ele verifique se não há  
90 incoerências com a Constituição Federal e Estadual e demais Leis. Colocou ainda que em  
91 alguns estados na lei de recursos hídricos é colocada a possibilidade de ser feito o  
92 pagamento por serviços ambientais em área de interesse para a proteção dos recursos  
93 hídricos. O Secretário Executivo colocou que (vc falou algo sobre a minuta de lei de  
94 pagamento por serviços ambientais, não lembro o que). A conselheira Valquíria de  
95 Azevedo colocou que a FIEMT fez a referida proposta, sendo inclusive homologada pelo  
96 governador. O conselheiro Décio Siebert propôs que sugestões fossem encaminhadas  
97 para o grupo, sendo sugerido pelo Secretario Executivo que isso poderia ser feito através  
98 de formulários, como ocorreu no PERH. Colocou em votação a criação do Grupo de  
99 Trabalho de Revisão da Lei 6.945/97, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes.  
100 Em seguida, questionou quais entidade possuem interesse em participar deste grupo de  
101 trabalho, tendo se oferecido a SEMA, INAE, FIEMT e IMADEA. O Secretario executivo  
102 sugeriu que se continuasse a apreciação da lei nesta reunião para já passar algo mais

103 adiantado para o grupo, o que foi aprovado. A Secretária do CEHIDRO colocou aos  
104 conselheiros que na reunião anterior a análise tinha parado no Capítulo III, que trata das  
105 infrações e penalidades, lembrando aos conselheiros que a conselheira Alessandra Panizi  
106 ficou de analisar este capítulo e trazer sugestões, entretanto a mesma não pode  
107 comparecer na presente reunião, sugerindo que se pulasse este capítulo, o que aprovado.  
108 Em seguida passou para apreciação o Capítulo I do Título IV, a partir do artigo 46,  
109 procedendo a leitura dos capítulos 46, 47 e 48. a Sra. Leonice Lotufo sugeriu que a  
110 redação do parágrafo único do artigo 48 ficasse “Até 20% (vinte por cento) do valor  
111 arrecadado a título de cobrança pelo uso da água poderá ser aplicado em outra bacia  
112 hidrográfica, mediante aprovação do comitê e anuência do CEHIDRO”, o que foi aprovado  
113 pelos conselheiros. O conselheiro Décio Siebert colocou que está sendo analisada o  
114 pagamento da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos pelas PCHs,  
115 bem como a ampliação do conceito de PCH de 30 para 50 MW, sendo complementado  
116 pela Secretária do CEHIDRO que este assunto também esta sendo discutido no Fórum  
117 dos Órgãos Gestores. O conselheiro Décio Siebert sugeriu que se colocasse na lei que  
118 antes de se outorgar para PCHs o processo passe por análise pelo Comitê de bacia  
119 correspondente. A Secretaria do CEHIDRO passou então a leitura dos artigos 49, 50, 51,  
120 53, 54 e 55. Foi sugerido que no parágrafo único do art. 55 fosse retirado o cargo  
121 correspondente, uma vez que isto varia constantemente no governo, o que foi aprovado  
122 pelos conselheiros. O Secretário executivo, tendo-se encerrada a análise da Minuta,  
123 colocou aos conselheiros que será feito o repasse dos formulários de sugestões, e  
124 verificadas as legislações dos outros estados para se buscar inovações. Colocou que na  
125 próxima reunião já deverá ser apresentado um posicionamento do Grupo de Trabalho de  
126 Revisão da Lei 6.945/97 bem como já se terá dado encaminhamento ao Termo de  
127 Referencia para a contratação do consultor para finalizá-la. Passou a palavra para a Sra.  
128 Leonice Lotufo, gerente de apoio e fomento a comitês de bacia hidrográfica, que colocou  
129 aos conselheiros que esta sendo revisada a Lei Estadual de Educação Ambiental, e que o  
130 §2º do Art. 17 trata dos Comitês de bacia, onde se coloca que os mesmos deverão  
131 instituir uma Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental dentro do seu corpo  
132 técnico, salientando que não é viável a criação desta comissão nos comitês, sugerindo  
133 que fosse feita uma moção solicitando a retirada dos comitês de bacia do referido  
134 parágrafo, justificando-se a impossibilidade de criação do mesmo, o que foi aprovado  
135 pelos conselheiros. O Secretario executivo colocou que é importante que o CEHIDRO  
136 participe desta discussão, sendo colocado pela Secretaria do CEHIDRO que a

conselheira Valquíria de Azevedo já integra o mesmo e pode representar o CEHIDRO. A conselheira Telma Monteiro solicitou que fosse encaminhada a agenda de discussão da lei de Educação Ambiental, o que a Secretaria executiva se comprometeu a fazer. A Sra Leonice Lotufo colocou ainda aos conselheiros que ocorrerá no Rio de Janeiro o 3º Pré-ENCOB, de 29 a 31 de agosto, destacando que será discutido a questão do saneamento básico e colocando que será encaminhado o convite pelo email do CEHIDRO. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 00min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

\_\_\_\_\_  
VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO  
Presidente do CEHIDRO

\_\_\_\_\_  
LEANDRO MARASCHIN  
Secretário Executivo do CEHIDRO  
em substituição

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11/10/2011.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*